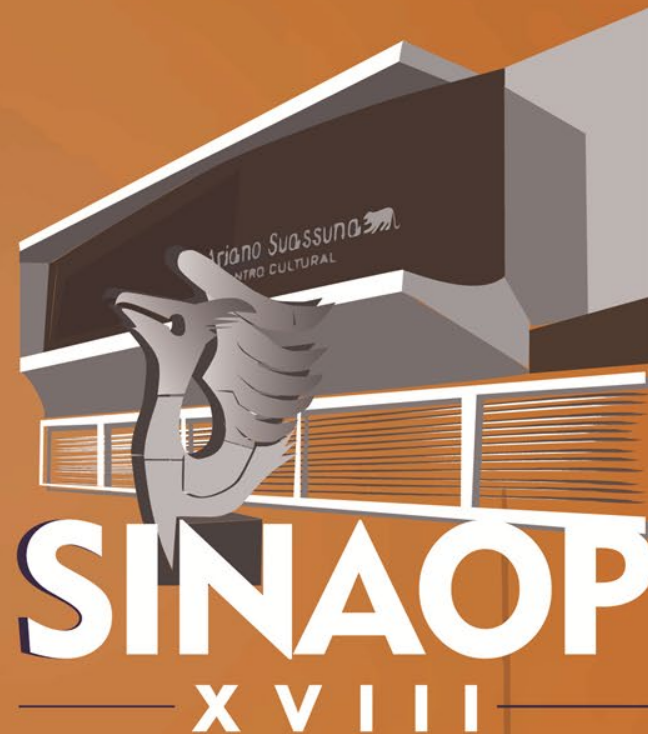


**Estudo Exploratório dos Aspectos  
Legais nas Licitações de Parcerias  
Públicas Privada na área de  
Iluminação Pública no Brasil**

**Airton Roberto Rehbein – TCE-RS**



**OBRAS PÚBLICAS:  
PLANEJAMENTO, CONTROLE  
E EFETIVIDADE**

**JOÃO PESSOA • 5 A 9 DE NOVEMBRO • 2018**

Realização:



**Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba**

Apoio:



## DEFINIÇÕES BÁSICAS:

### **Concessão Comum (LF 8.987/95)**

Modalidade de concessão onde os investimentos realizados pelo parceiro privado para viabilizar o fornecimento de um serviço de interesse público tem como contrapartida exclusivamente as tarifas pagas pelos usuários dos serviços, inexistindo aportes orçamentários regulares do Poder Público. Ex: rodovias, energia elétrica, telecomunicações, etc.

### **Concessão Patrocinada (LF 11.079/04)**

Contrato de concessão de serviços públicos em que o parceiro privado planeja, executa e opera uma atividade de caráter público, precedida, ou não, de obra pública, em que parte da remuneração do serviço entregue a população será paga pelo parceiro público na forma de contraprestação adicional (tarifa + subsídio direto). Ex: rodovias com baixo fluxo de veículos.

### **Concessão Administrativa (LF 11.079/04)**

Contrato de Concessão em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço público concedido, ainda que envolva o projeto, a execução, a instalação e a operacionalização da obra, ou serviço. O parceiro privado será remunerado unicamente pelos recursos públicos orçamentários, após a entrega do contratado. Ex: presídios, centros administrativos, conservação de estradas, etc.



Realização:



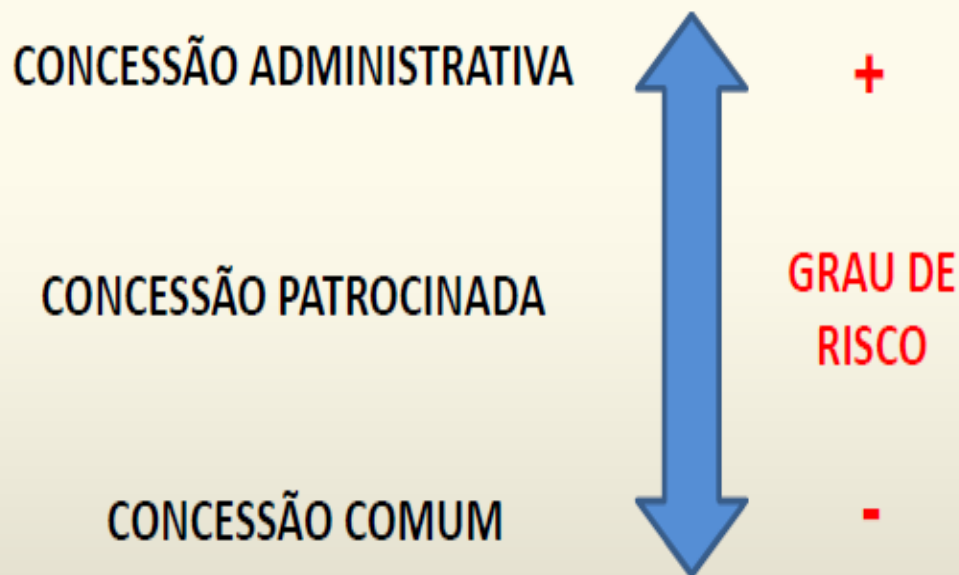
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

## DEFINIÇÕES BÁSICAS:



- As PPPs consistem em modalidades de concessão (PPP < Concessão);
- Os riscos ao setor privado aumentam de acordo com a contrapartida estatal envolvida;

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

## MARCO REGULATÓRIO – LICITAÇÕES:

Parcerias Público-Privadas (LF 11079/94 e LE 12234/05):

### Modalidade

- Concorrência;

### Critérios de julgamento admitidos

- Menor tarifa
- Menor tarifa e melhor técnica
- Menor valor de contraprestação
- Menor contraprestação e melhor técnica

### Condições mínimas estipuladas pelo Edital

- Previsão de constituição de SPE (facultado na LE e obrigatória na LF)
- Garantias da contraprestação do parceiro publico;
- Mecanismos privados de resolução de disputas;
- Elementos do projeto básico.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



ATRICON



Instituto Rui Barbosa  
Instituto de Estudos e Pesquisas  
A Casa de Colômbio do Tribunal de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII

## MARCO REGULATÓRIO – LICITAÇÕES:

### Parcerias Público-Privadas (LF 11079/94 e LE 12234/05):

#### Requisitos

- Demonstração de cumprimento aos objetivo da politica fiscal (LRF);
- Demonstração da conveniência e oportunidade da contratação ;
- Edição de lei especifica quando o patrocínio superar 70%.

#### Demais características

- Possibilidade de inversão de fases (habilitação e julgamento);
- Projeto básico e executivo podem ficar a cargo da concessionária;

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



ATRICON

Associação de  
Tribunais de Contas  
do Brasil



Instituto Rui Barbosa  
Instituto de Estudos  
e Pesquisas em Direito  
e Ciências Sociais  
A Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII

## MARCO REGULATÓRIO – PMI e MIP (Decreto Federal 8428/15, Resolução 03/2018 do Conselho gestor de PPPS/RS e Legislações Municipais):

### Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns:

- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): Instrumento que a administração pública pode utilizar, antes do processo licitatório, para obter estudos de viabilidade, levantamentos, investigações ou projetos de pessoa física ou jurídica de direito privado relativos a empreendimento objeto de concessão comum ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso;
- Aberto mediante edital de Chamamento Público;
- Contratação de terceiros para as fases de avaliação e seleção dos projetos;
- Ressarcimento a posteriori;
- Retrospecto desfavorável.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

## **MARCO REGULATÓRIO – PMI e MIP MIP (Decreto Federal 8428/15, Resolução 03/2018 do Conselho gestor de PPPS/RS e Legislações Municipais):**

### **Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns:**

- Manifestação de Interesse Privado (MIP): apresentação espontânea de propostas, estudos de viabilidade, levantamentos, investigações e projetos formulados por pessoa física ou jurídica de direito privado, para uso na estruturação de empreendimento objeto de concessão comum ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso;
- A critério da Administração poderá motivar uma PMI;
- Clara identificação do interesse público.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

## SÍNTESE DOS PRÉ REQUISITOS PARA CONCESSÕES E PPPS:

- Lei autorizativa;
- Conveniência e vantajosidade (*value for money*);
- Realização dos estudos de viabilidade :
  - Econômico-financeira;
  - Técnico-setoriais (multidisciplinariedade);
  - Jurídico-institucionais;
- Observância dos limites financeiros e orçamentários;
- Compartilhamento de riscos (matriz de riscos);
- Definição do ente regulador e/ou do verificador independente;
- Disposições acerca da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



ATRICON



Instituto Rui Barbosa  
Instituto de Estudos e Pesquisas  
A Casa de Colômbio dos Tribunais de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII



# Visão do Tribunal de Contas Gaúcho

## sobre as PPPs na área de Iluminação Pública

- **Escolha de Governo: Contratos pela Lei nº 8.666 X PPPs**
- **Participação Efetiva de Servidores na fase interna do Projeto**
- **Transparência: Site dedicado ao Projeto**
- **Licitação Competitiva: Qualificação X Julgamento**
- **Controle Externo: esclarecimentos como fase de maturação do Projeto**
- **Desafio Cultural na Relação Contratual: Garantias X Riscos**
- **Importância do Fiscal do Contrato e do Verificador Independente**

Realização:



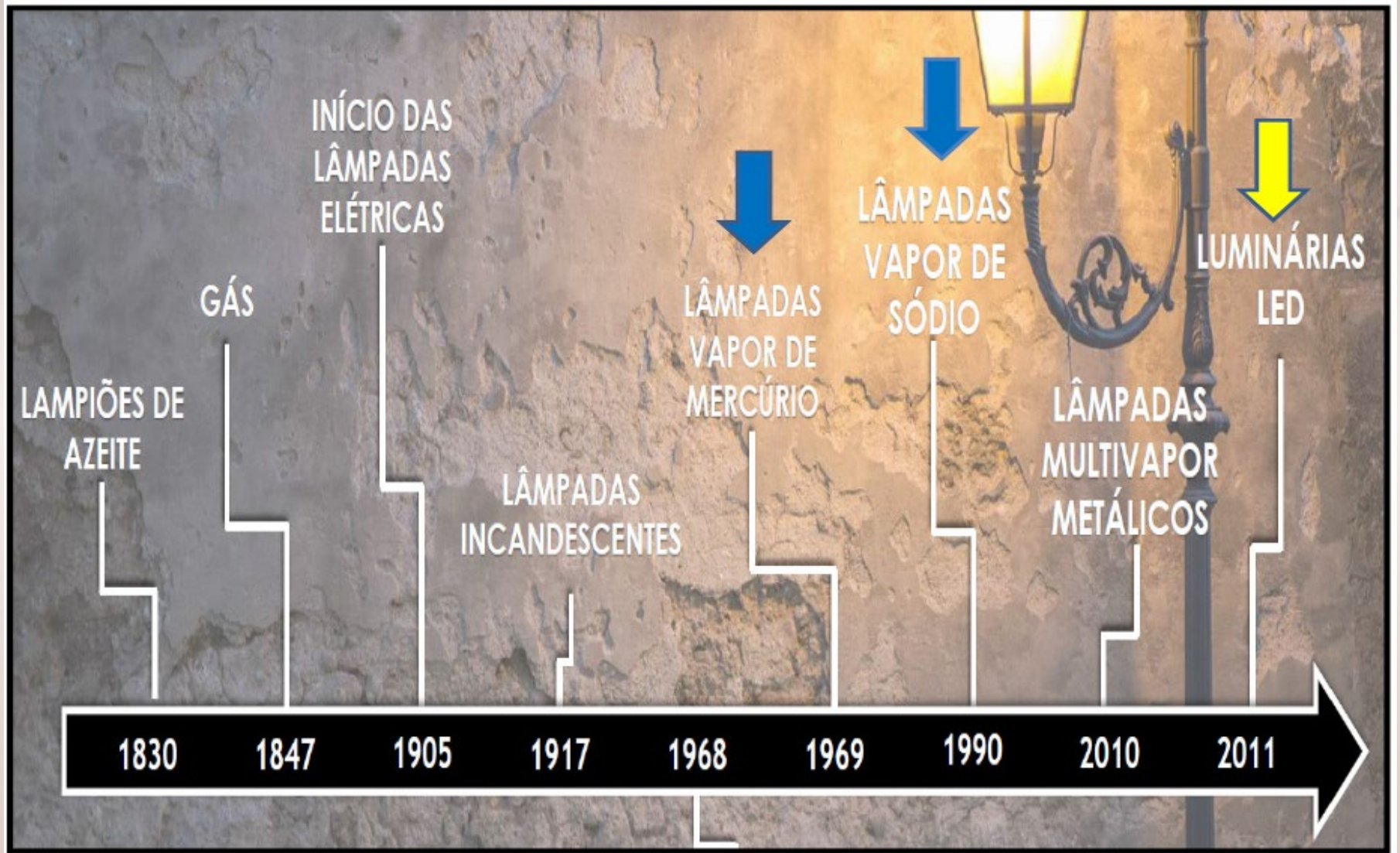
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ILUMINAÇÃO



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



Instituto Rui Barbosa  
A Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII

# SITUAÇÃO ATUAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL



	Brasil	Norte	Nordeste	Sul	Centro-Oeste	Sudeste
Vapor de mercúrio	23,6%	31,3%	20,7%	23,9%	23,0%	24,4%
Vapor de sódio	71,1%	64,5%	68,6%	71,4%	72,2%	72,5%
LEDs	<0,1%	<0,1%	<0,1%	<0,1%	<0,1%	<0,1%
Outras <sup>33</sup>	5,3%	4,2%	10,7%	4,7%	4,9%	3,1%



VAPOR DE MERCÚRIO



VAPOR DE SÓDIO

Realização:



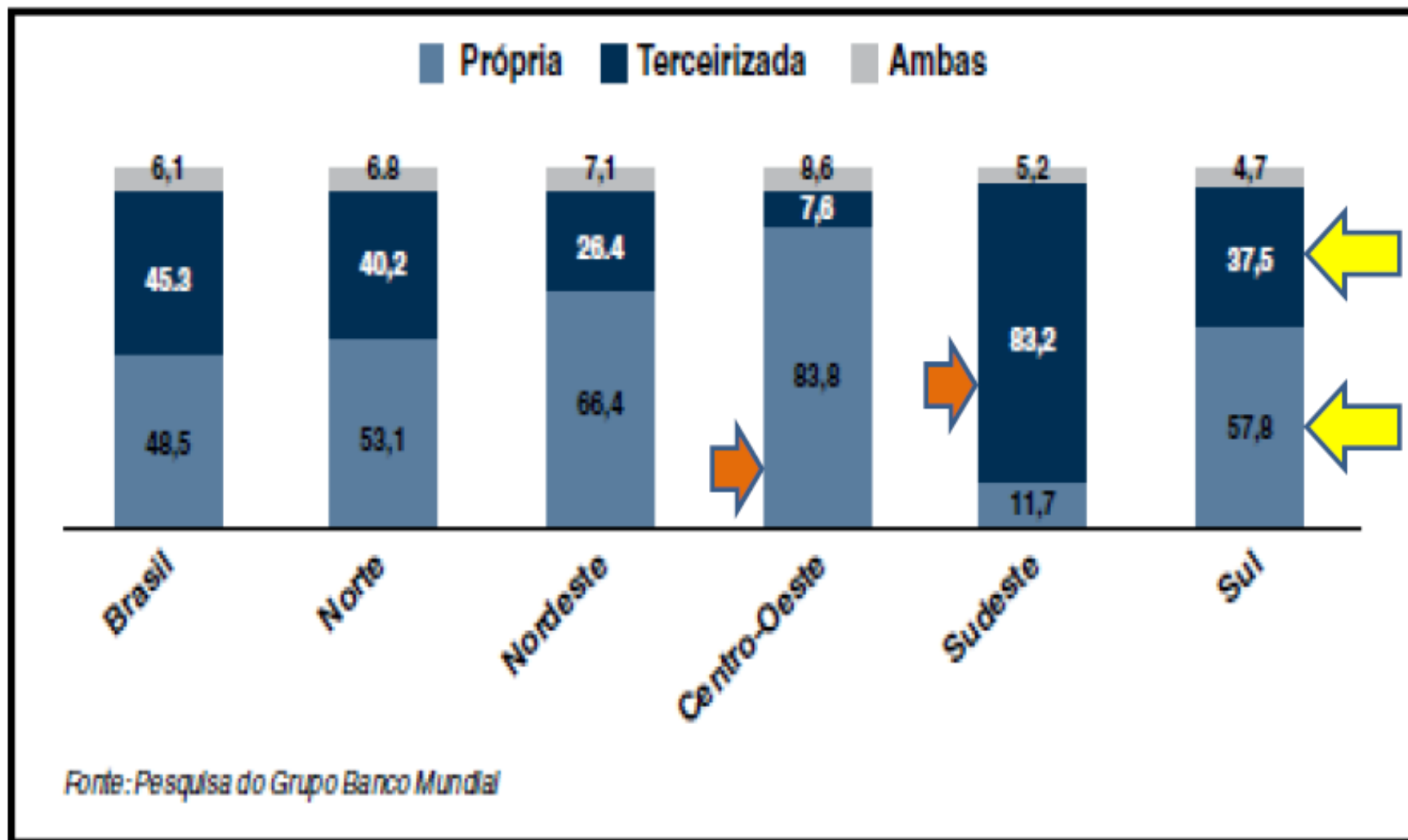
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



Realização:



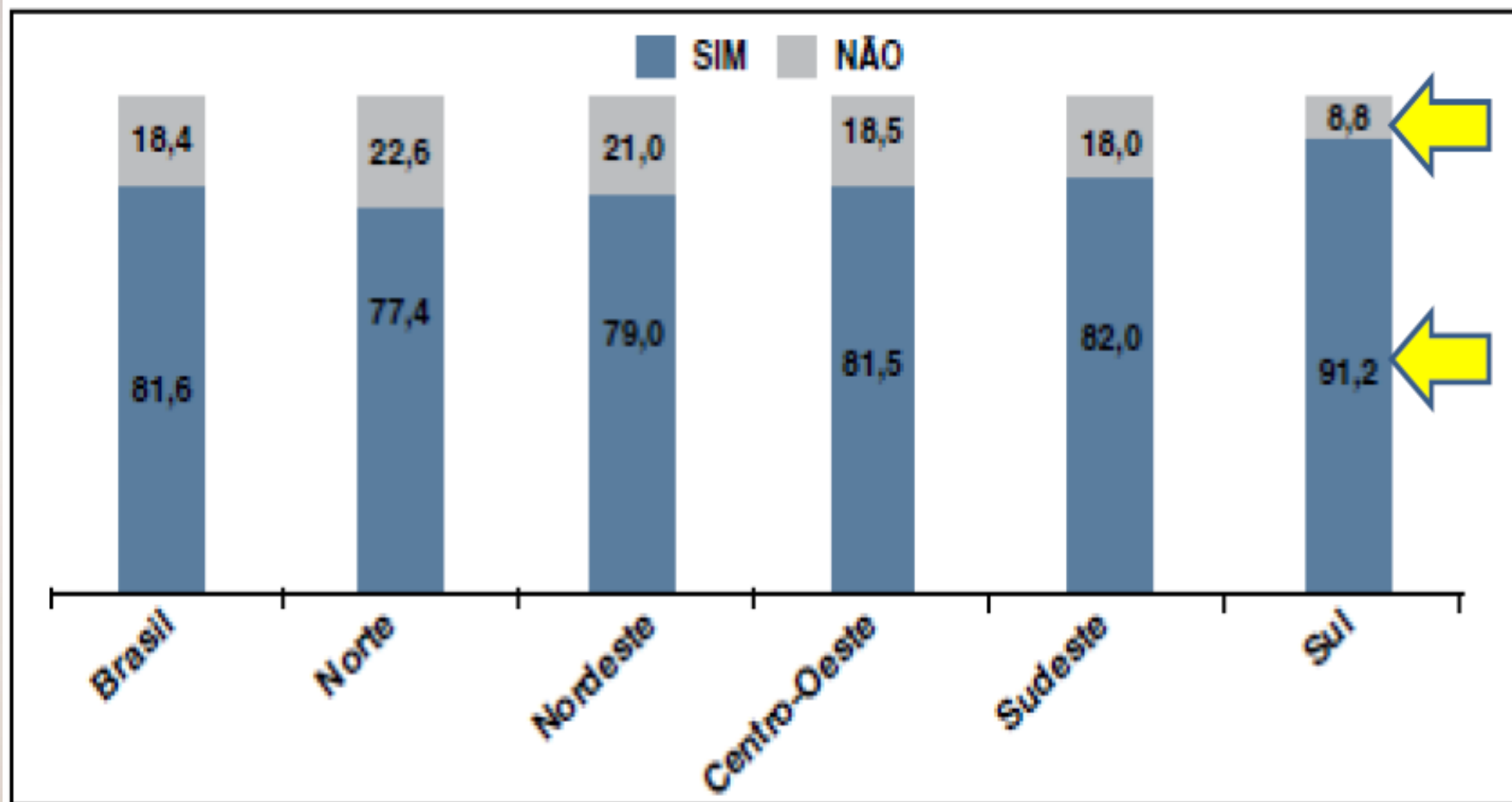
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS (TAXA)



Fonte: Pesquisa do Grupo Banco Mundial

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:

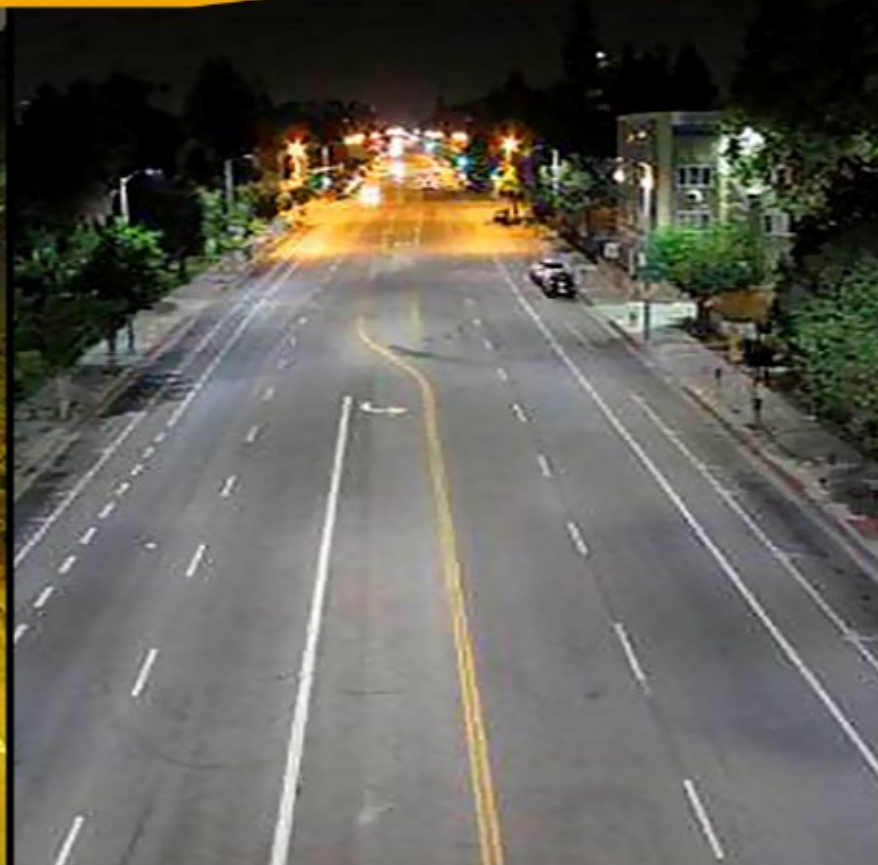
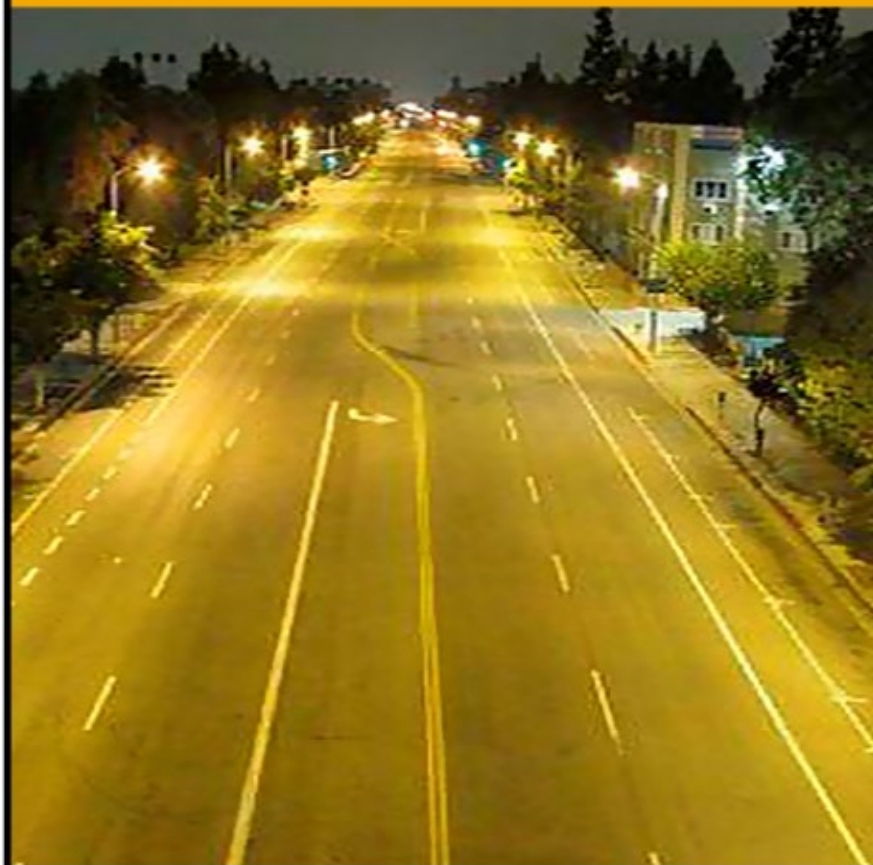


**SINAOP**  
XVIII

# SITUAÇÃO PROJETADA NAS PPPs DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

## VAPOR SÓDIO

## LED



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



ATRICON



Instituto Rui Barbosa  
Instituto de Apoio à  
A Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
da Paraíba

# SINAOP

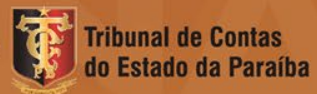
XVIII

# NORMA ABNT NBR 5101/2012 - VEÍCULOS

Descrição da via	Classe de iluminação
<p><u>Vias de trânsito rápido</u>: vias de alta velocidade de tráfego, com separação de pistas, sem cruzamentos em nível e com controle de acesso; vias de trânsito rápido em geral; Auto-estradas</p> <p>Volume de tráfego <u>intenso</u></p> <p>Volume de tráfego <u>médio</u></p>	<p>V1</p> <p>V2</p>
<p><u>Vias arteriais</u>: vias de alta velocidade de tráfego com separação de pistas; vias de mão dupla, com cruzamentos e travessias de pedestres eventuais em pontos bem definidos; vias rurais de mão dupla com separação por canteiro ou obstáculo</p> <p>Volume de tráfego <u>intenso</u></p> <p>Volume de tráfego <u>médio</u></p>	<p>V1</p> <p>V2</p>

Descrição da via	Classe de iluminação
<p><u>Vias coletoras</u>; vias de tráfego importante; vias radiais e urbanas de interligação entre bairros, com tráfego de pedestres elevado</p> <p>Volume de tráfego <u>intenso</u></p> <p>Volume de tráfego <u>médio</u></p> <p>Volume de tráfego <u>leve</u></p>	<p>V2</p> <p>V3</p> <p>V4</p>
<p><u>Vias locais</u>: vias de conexão menos importante; vias de acesso residencial</p> <p>Volume de tráfego <u>médio</u></p> <p>Volume de tráfego <u>leve</u></p>	<p>V4</p> <p>V5</p>

Realização:



Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# NORMA ABNT NBR 5101/2012 - PEDESTRES

Descrição da via	Classe de iluminação
<u>Vias de uso noturno intenso por pedestres</u> (por exemplo, calçadas, passeios de zonas comerciais)	P1
<u>Vias de grande tráfego noturno de pedestres</u> (por exemplo, passeios de avenidas, praças, áreas de lazer)	P2
<u>Vias de uso noturno moderado por pedestres</u> (por exemplo, passeios, acostamentos)	P3
<u>Vias de pouco uso por pedestres</u> (por exemplo, passeios de bairros residenciais)	P4

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



apoiado pelo

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

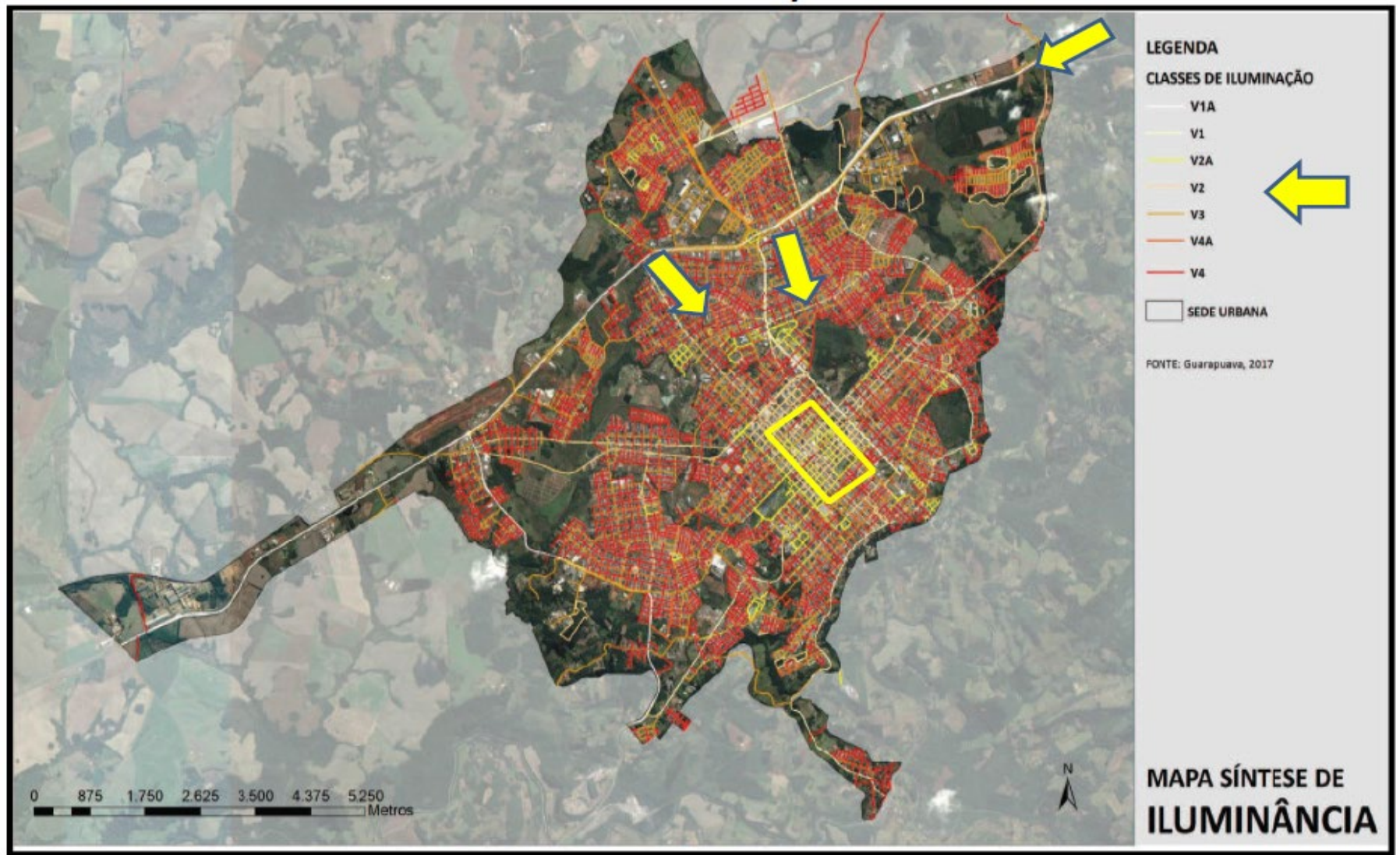
do



**SINAOP**  
XVIII



# NORMA ABNT NBR 5101/2012 - VEÍCULOS



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



Instituto Rui Barbosa  
A Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



**SINAOP**  
XVIII

# VALORIZAR A ILUMINAÇÃO NAS RUAS QUE PASSAM O TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:

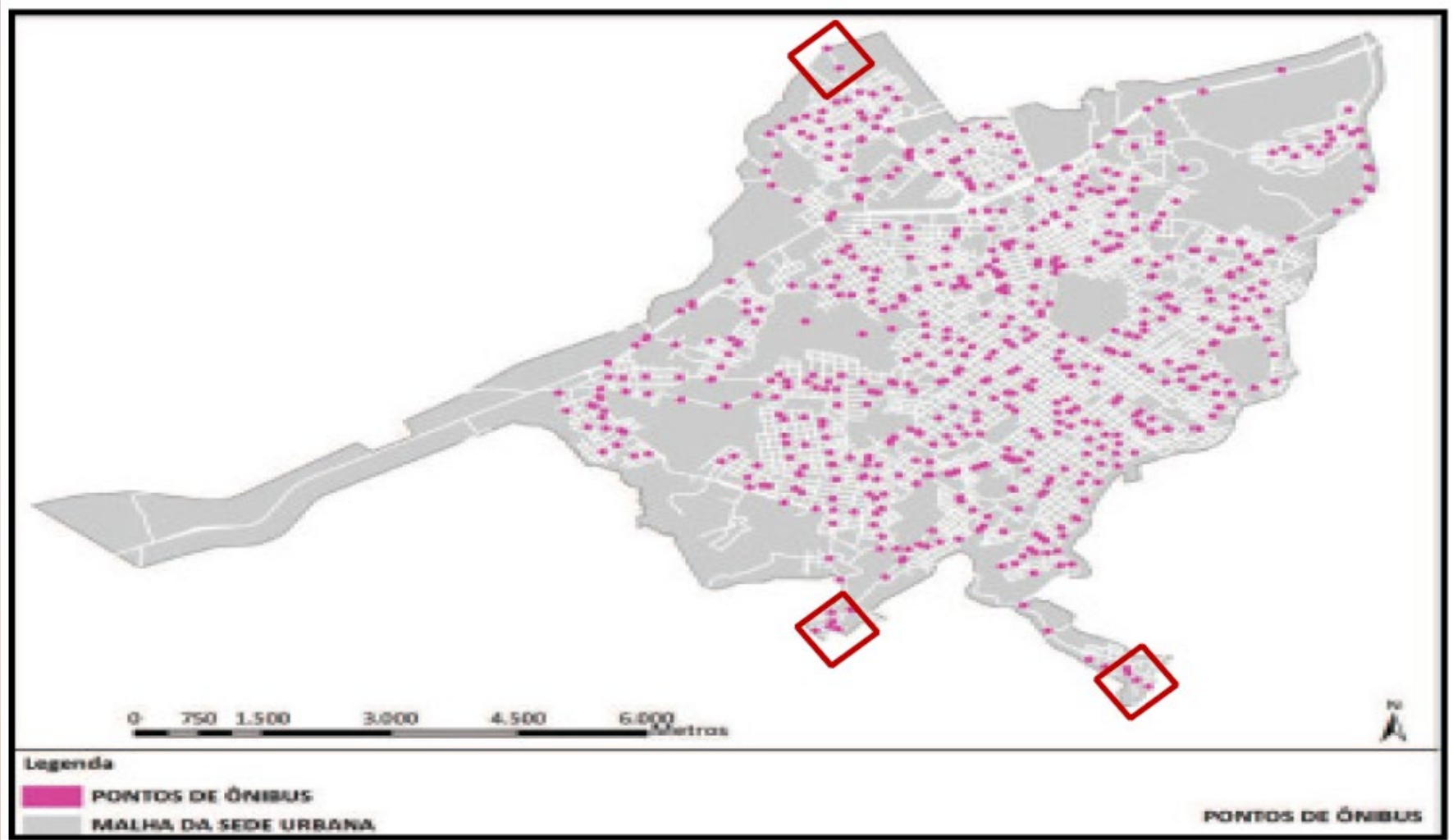


Instituto Rui Barbosa  
Instituição vinculada  
à Casa de Cultura do Tribunal de Contas



**SINAOP**  
XVIII

# DISPENSAR ATENÇÃO ESPECIAL À ILUMINAÇÃO DOS PONTOS DO TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



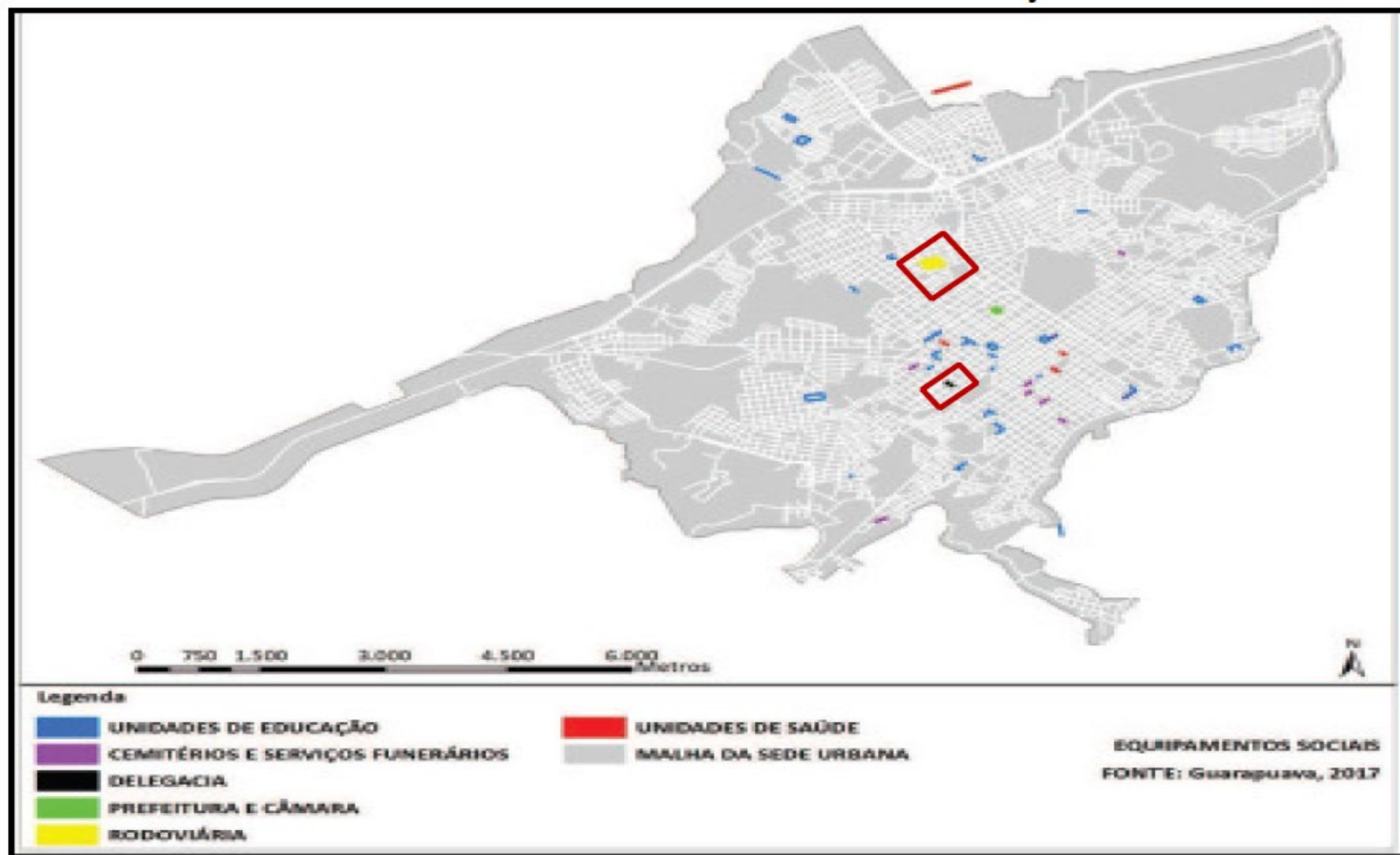
Instituto Rui Barbosa  
Assessoria Jurídica  
à Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
da Paraíba

SINAOP  
XVIII

# CONTEMPLAR OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS COM ILUMINAÇÃO DE DESTAQUE



Realização:



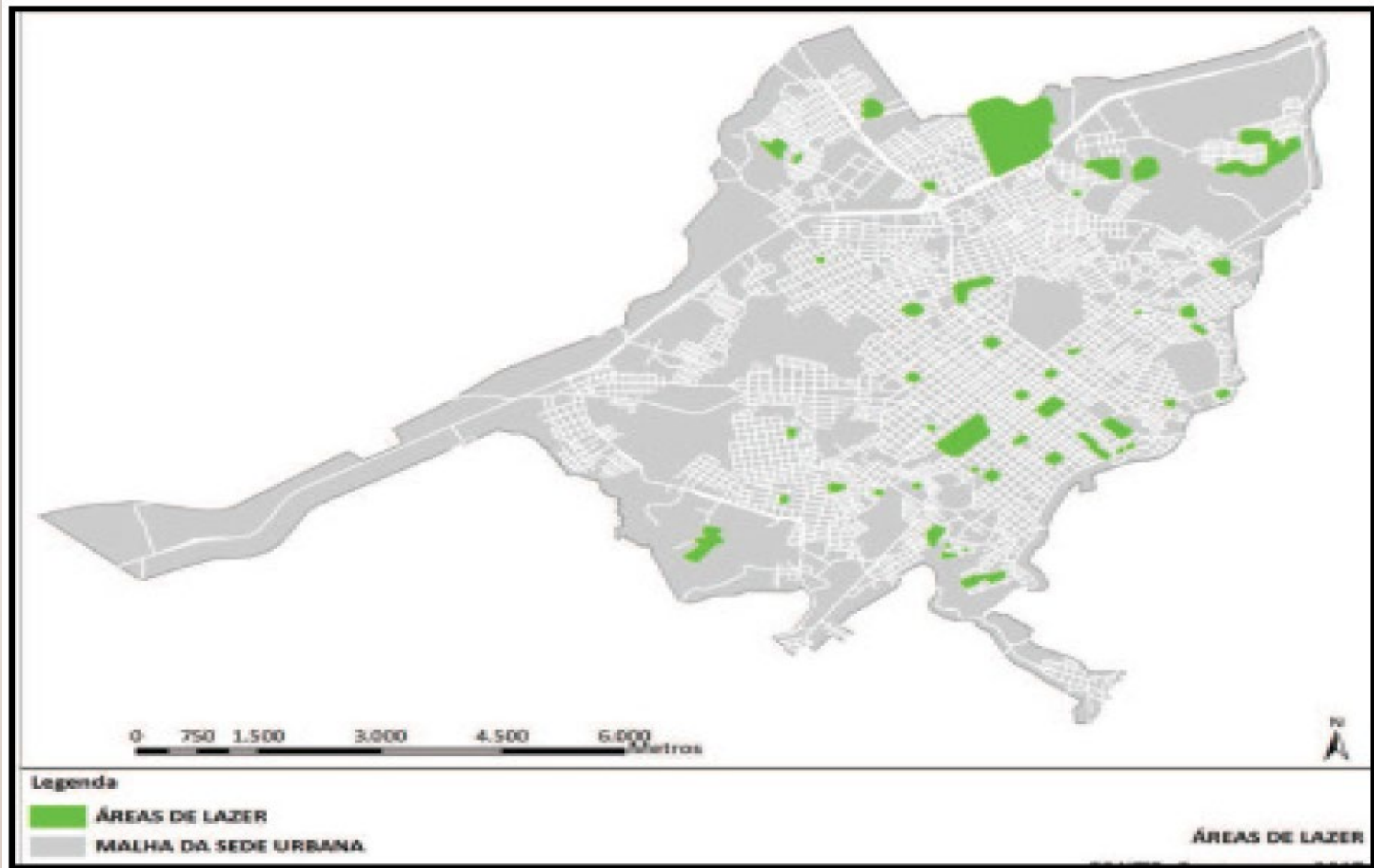
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# POTENCIALIZAR A ILUMINAÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER



Realização:



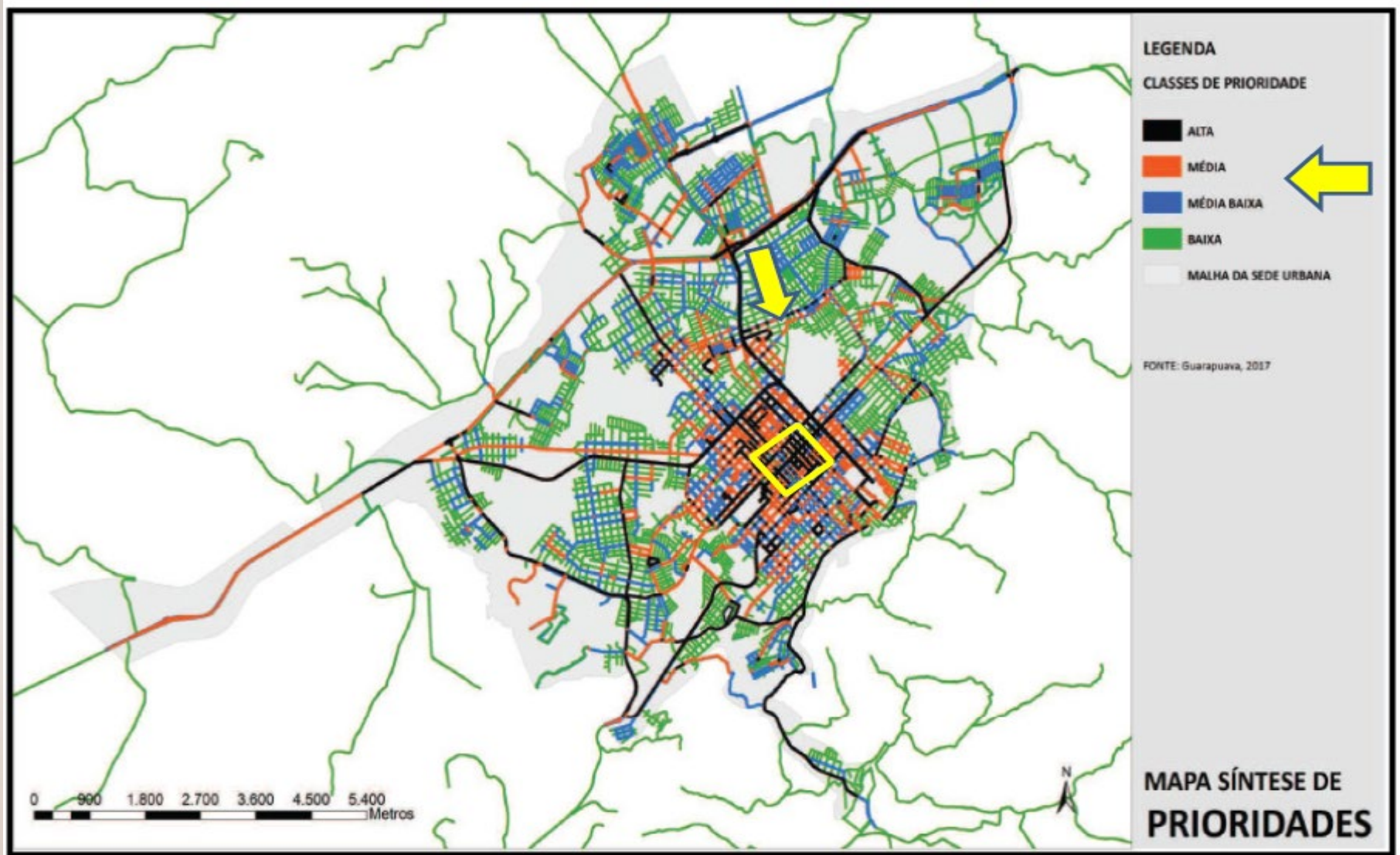
Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

# ELABORAR UM MAPA DE PRIORIDADES DO PROJETO



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



Instituto Rui Barbosa  
A Casa de Colaboração dos Tribunais de Contas



**SINAOP**  
XVIII



## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

### Qualificação dos Concorrentes:

Qualificação Técnica - Licitação em Município do Rio Grande do Sul	Pontos
Manutenção/ampliação/reforma de Iluminação Pública com fornecimento de materiais – mínimo de 12 meses consecutivos (10.000 pontos)	20
Eficientização de Iluminação Pública com fornecimento de materiais (7.000 pontos)	20
Instalação e operação de tele atendimento de Iluminação Pública	30
Planejamento, execução, instalação e supervisão por telecontrole de Iluminação Pública com monitoramento, acionamento, dimerização, coleta de dados e medição de energia (2.000 pontos)	30
Acionista ou quotista de empresa em PPP ou concessão comum de serviço público	40
Acionista ou quotista em Sociedade de Propósito Específico em PPP para eficientização da Iluminação Pública	60

Município	UF	Acionistas Concessionárias
Açailândia	MA	Arelsa Brasil Ltda.
Urânia	SP	Arelsa Brasil Ltda.
Mauá	SP	Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.
São José de Ribamar	MA	Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S.A.
Mauá	SP	Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S.A.
Marabá	PA	Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S.A.
Mauá	SP	FM Rodrigues & Cia. Ltda.
Marabá	PA	FM Rodrigues & Cia. Ltda.
São José de Ribamar	MA	FM Rodrigues & Cia. Ltda.
Caraguatatuba	SP	Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda.
Açailândia	MA	Salvi Brasil Iluminação Ltda.
Dom Eliseu	PA	Sigma Engenharia Industrial Ltda
Dom Eliseu	PA	Sitran Sinalização de Trânsito Indústria Ltda
Guaratuba	PR	Tecnolamp do Brasil Lâmpadas e Acessórios Ltda.
Dom Eliseu	PA	Tellus Mater Brasil Ltda.
Goianésia do Pará	PA	Tellus Mater Brasil Ltda.
São João de Meriti	RJ	Urbeluz Energética S.A.
Marabá	PA	Urbeluz Energética S.A.
Caraguatatuba	SP	Urbeluz Energética S.A.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII



## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

### Inventário do Parque de Iluminação X Reequilíbrio do Contrato:

TIPO	POTÊNCIA (W)	QUANT.
INCANDESCENTE	150	57
MISTA	250	32
	112	7
VAPOR DE SÓDIO	85	52
	170	92
	115	7
	275	180
	85	9163
	170	2305
	115	1850
VAPOR DE MERCÚRIO	266	12
	162	50
HALÓGENA	500	25
	1000	4
<b>TOTAL DE PONTOS</b>		<b>13836</b>

20.7. O Cadastro georreferenciado, uma vez concluído, se indicar quantidades diferentes do informado neste estudo, para mais ou para menos, suscitará reequilíbrio econômico-financeiro e do cronograma de investimentos, adequando os mesmos à nova realidade.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



Instituto Rui Barbosa  
Associação para o  
Apoio ao Poder Judiciário



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII





## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

- **Garantia da CIP X Comprometimentos X Atualização da Arrecadação**
- **Atualização do Inventário e Georeferenciamento realizado após o contrato de PPP**
- **Inexistência de estudo de classificação de vias de acordo com a norma ABNT NBR 5101/2012**
- **Inexistência de estudo de alinhamento da classificação de vias e identificação de pontos de iluminação em destaque**
- **Documentação do Fluxo do processo de registro de medidas de eficiência junto à Distribuidora de Energia**

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



Instituto Rui Barbosa  
Instituição vinculada  
à Casa de Cultura do Tribunal de Contas



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
da Paraíba

**SINAOP**  
XVIII



## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

### Riscos inerentes à redução de consumo de energia X CIP x Riscos Fiscais:

Tipo / Potência (W)	Qtd	KW	MWh/ano
85	9,163	778,86	3,411,38
112	7	0,60	2,61
115	7	0,64	2,79
115	1,850	212,75	931,85
150	57	10,03	43,94
162	50	14,35	62,85
170	2,305	691,50	3,028,77
250	32	14,53	63,63
266	12	7,74	33,90
275	180	191,70	839,65
500	25	41,40	181,33
1000	4	8,32	36,44
<b>TOTAL</b>	<b>13,692</b>	<b>1,972</b>	<b>8,639</b>

LED/MVM	KW	MWh/ano
50	458,15	2,006,70
50	0,35	1,53
85	0,60	2,61
84	155,40	680,65
100	5,70	24,97
100	5,00	21,90
136	313,48	1,373,04
144	4,61	20,18
144	1,73	7,57
144	25,92	113,53
250	6,25	27,38
500	2,00	8,76
	<b>979,18</b>	<b>4,288,81</b>

Em termos genéricos no formato "de/para" é possível obter como o quadro acima aponta, uma economia nominal superior a 50% em termos de potência instalada.

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII



## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

Riscos inerentes à redução de consumo de energia X CIP x Riscos Fiscais:

OPEX- R\$ Mil			
Ano	Energia IP	Despesas Diretas	Total
1	2.033,6	1.917,7	3.951,3
2	1.848,1	1.894,2	3.742,3
3	1.577,5	1.874,2	3.451,8
4	1.311,9	1.855,0	3.166,9
5	1.312,2	1.841,7	3.154,0
6	1.312,5	1.828,6	3.141,2
7	1.312,9	1.816,1	3.129,0
8	1.313,2	1.804,1	3.117,3
9	1.313,5	1.792,5	3.106,0
10	1.313,9	1.781,4	3.095,3
11	1.314,2	1.770,8	3.085,0
12	1.314,5	1.760,6	3.075,0
13	1.314,8	1.750,7	3.065,5
14	1.315,1	1.741,3	3.056,3
15	1.315,4	1.732,1	3.047,5
16	1.149,7	1.712,2	2.861,9
17	985,5	1.703,8	2.689,4
18	742,7	1.695,7	2.438,5
19	502,2	1.687,9	2.190,1
20	502,3	1.680,4	2.182,7
21	502,5	1.673,1	2.175,6
22	502,6	1.666,1	2.168,6
23	502,6	1.659,3	2.161,9
24	502,8	1.652,7	2.155,5
25	502,9	1.646,3	2.149,2
26	503,0	1.640,2	2.143,2
27	503,2	1.634,2	2.137,4
28	503,2	1.628,4	2.131,7
29	503,4	1.622,8	2.126,2
30	503,5	1.617,4	2.120,9
<b>Total</b>	<b>30.135,5</b>	<b>52.081,9</b>	<b>82.217,4</b>

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII



## Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

### Estudo de Viabilidade detalhado (Investimentos)

Tipo de Luminária	Preço Unitário
Luminária Led 35W	R\$485,40
Luminária Led 50W	R\$778,32
Luminária Led 120W	R\$1.205,20
Luminária Led 200W	R\$1.536,40

Fonte: Fipe, 2017

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



ATRICON



Instituto Rui Barbosa  
Instituição de Apoio à  
Atividade do Conselho do Tribunal de Contas



SEBRAE



CREA-PB  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
da Paraíba

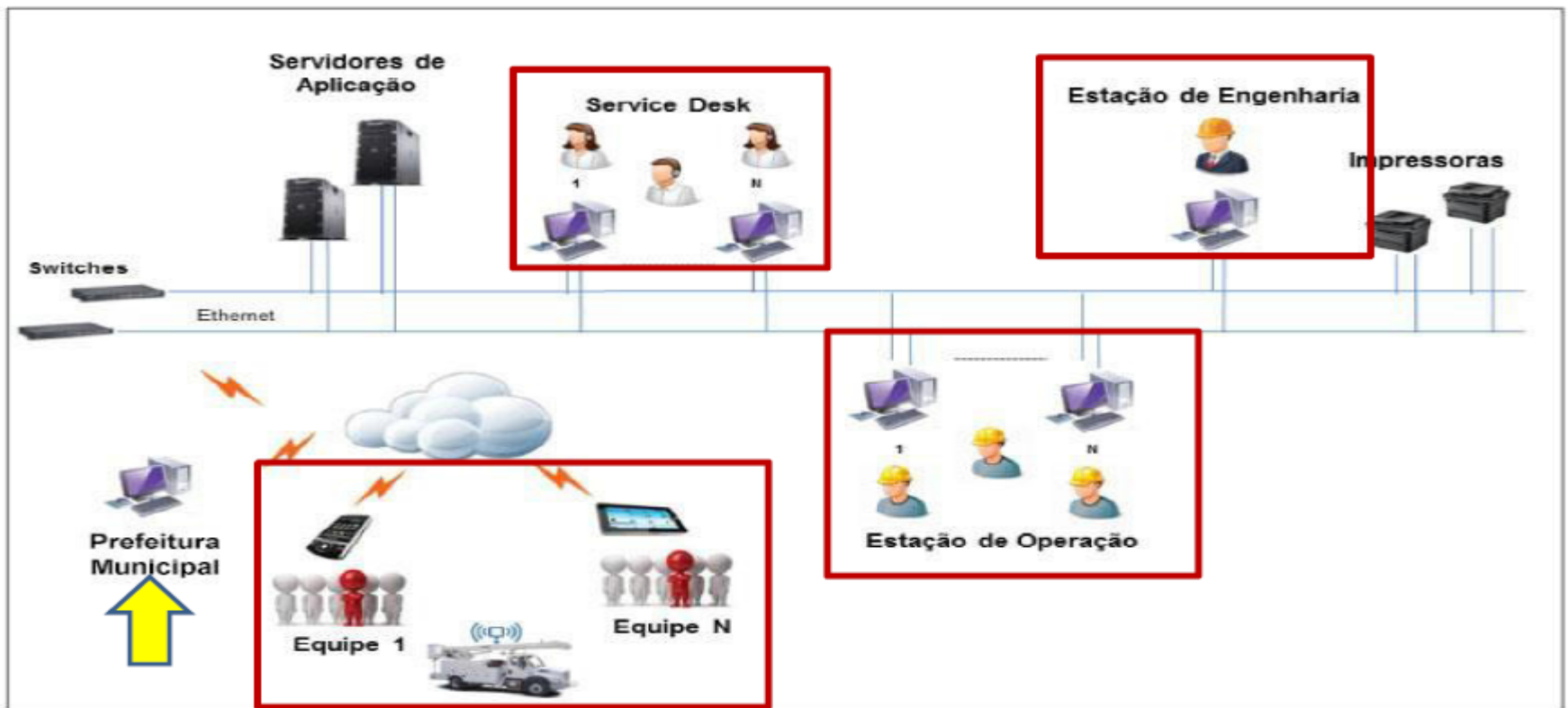
**SINAOP**  
XVIII



# Modernização e Otimização da Iluminação Pública com LED em todo o município

## Estudo de Viabilidade detalhado (Custos de Operação)

### Centro de Controle Operacional e Service Desk



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:

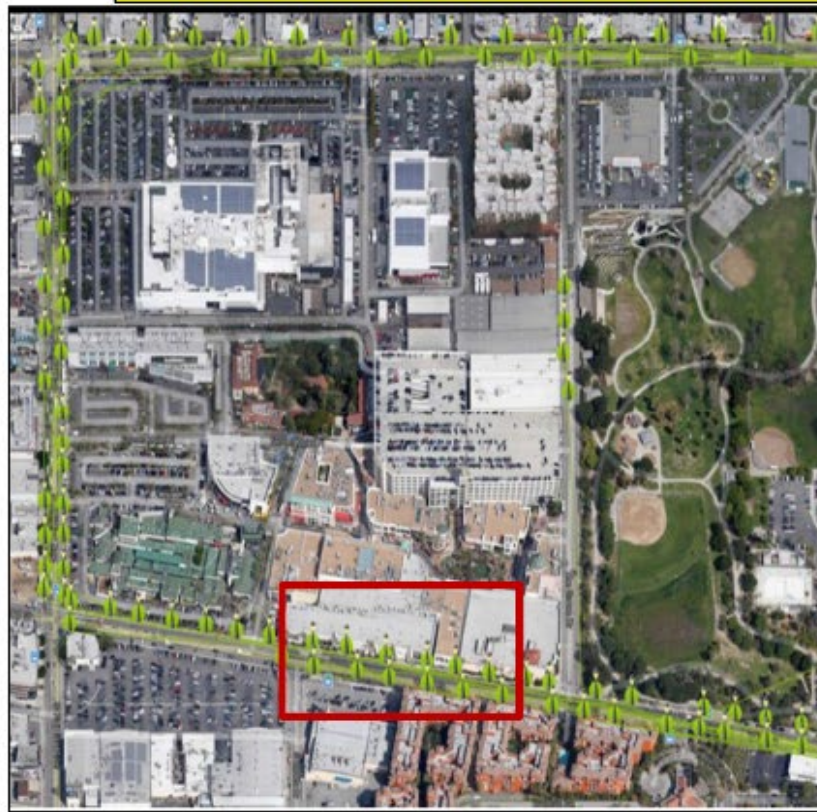


**SINAOP**  
XVIII

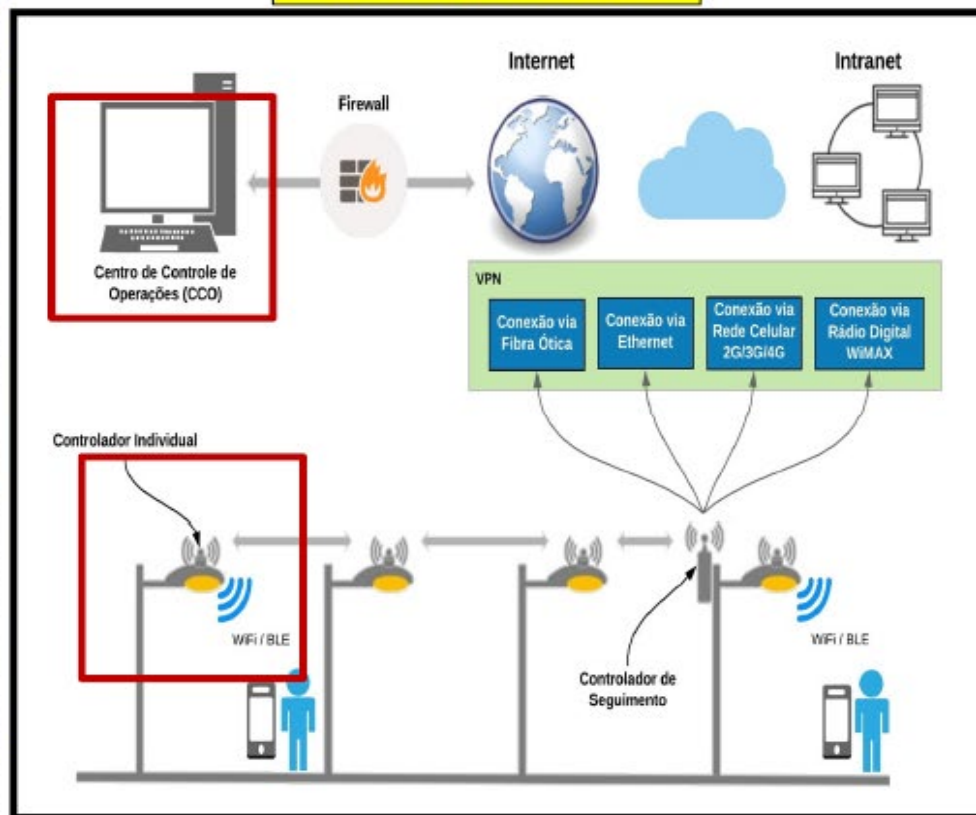


## Implantação de CCO e Telegestão

### GEOREFERENCIAMENTO



### TELEGESTÃO



**O Sistema de Telegestão impacta nos investimentos:  
recomenda-se a racionalização dessa escolha.**

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

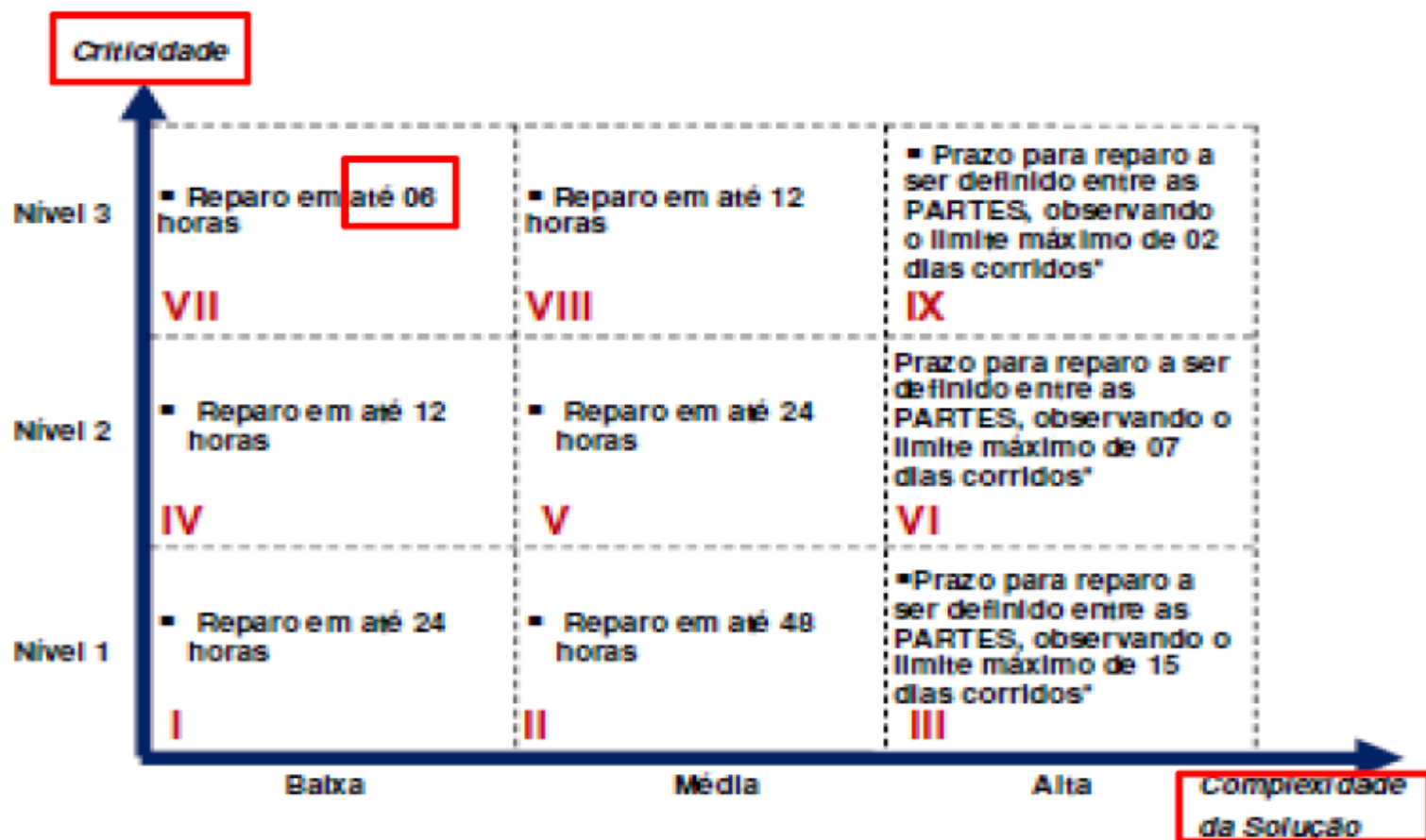
Apoio:



**SINAOP**  
XVIII



## Manutenção Preventiva e Corretiva



**Recomenda-se a análise de relação custo-benefício.**

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

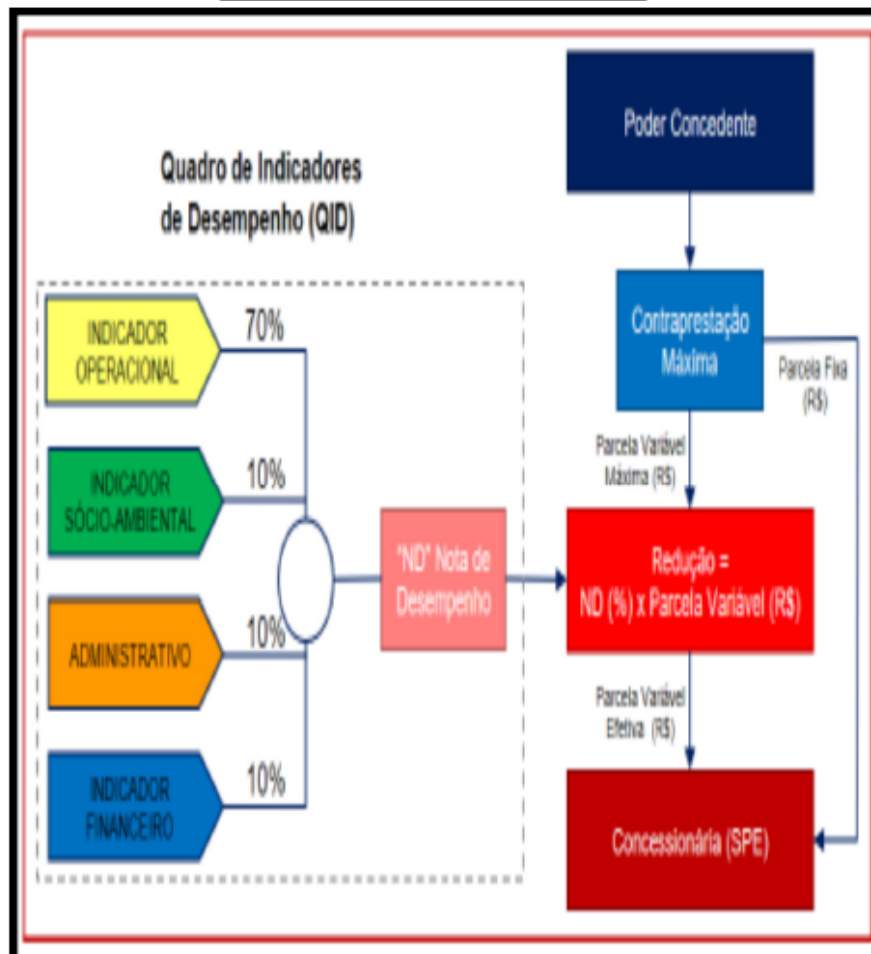
Apoio:



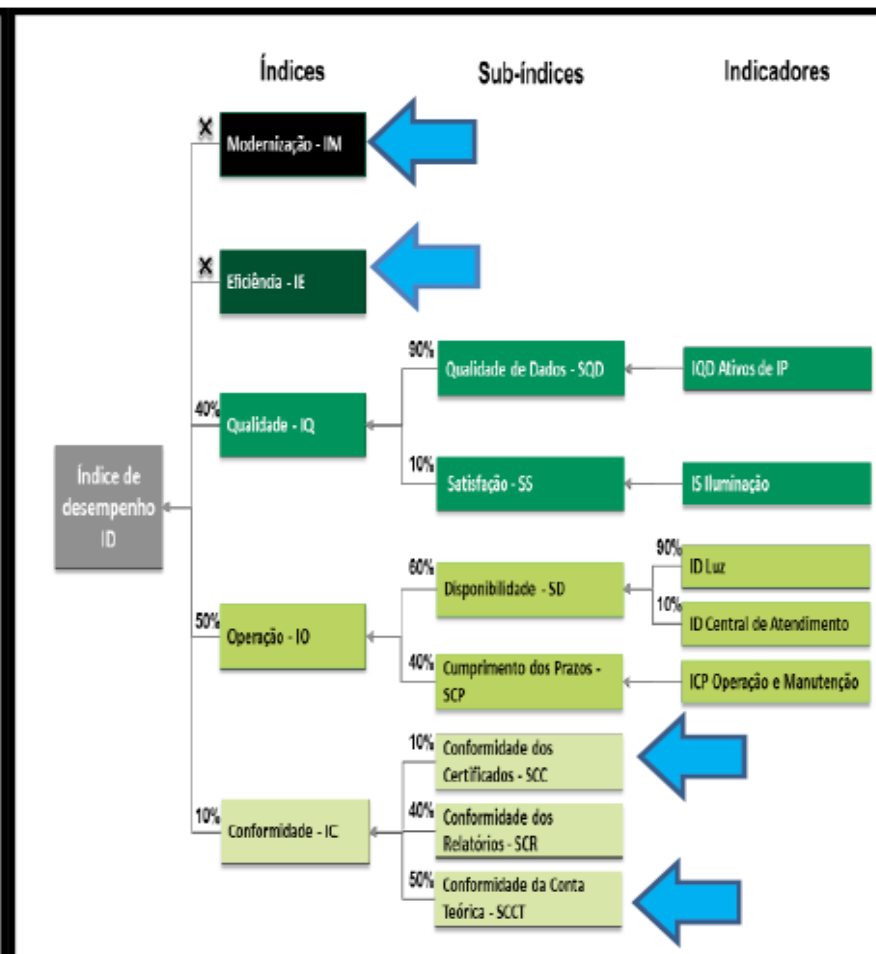
**SINAOP**  
XVIII

# INDICADORES DE DESEMPENHO

## EXEMPLO 1



## EXEMPLO 2



Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII



## CONTRATOS DE PPPS DE IP ASSINADOS – 30-06-2018 – DADOS GERAIS

Município	Concessionária	UF	Acionistas Concessionárias	Quantidade Pontos IP	Data Assinatura do contrato
Mauá	SPE Mauá Luz Ltda.	SP	Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.	24.294	21/11/2016
			Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S.A.		
			FM Rodrigues & Cia. Ltda.		
São João de Meriti	Alegrete RJ Participações S.A	RJ	Urbeluz Energética S.A.	23.469	08/08/2014
Marabá	Marabá Luz SPE S.A.	PA	Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S.A.	22.672	28/12/2016
			FM Rodrigues & Cia. Ltda.		
			Urbeluz Energética S.A.		
Caraguatatuba	Consórcio Caraguá Luz S.A. - SPE	SP	Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda.	19.987	30/06/2016
			Urbeluz Energética S.A.		
São José de Ribamar	SJR Iluminação do Futuro SPE S.A.	MA	Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S.A.	19.192	01/11/2016
			FM Rodrigues & Cia. Ltda.		
Guaratuba	Tecnolamp Guara Luz SPE S.A.	PR	Tecnolamp do Brasil Lâmpadas e Acessórios Ltda.	17.624	30/06/2016
Açailândia	Luzes de Açailândia SPE Ltda.	MA	Arelsa Brasil Ltda.	10.574	06/07/2017
			Salvi Brasil Iluminação Ltda.		
Dom Eliseu	Concip Dom Eliseu	PA	Tellus Mater Brasil Ltda.	3.176	17/05/2018
			Sigma Engenharia Industrial Ltda		
			Sitran Sinalização de Trânsito Indústria Ltda		
Goianésia do Pará	Tellus Mater Brasil Ltda.	PA	Tellus Mater Brasil Ltda.	2.223	03/11/2016
Urânia	Arelsa Brasil Ltda.	SP	Arelsa Brasil Ltda.	989	03/06/2015

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



SINAOP

XVIII

## LICITAÇÕES DAS PPPS DE IP: VALOR DOS CONTRATOS E DAS GARANTIAS

Garantia de Proposta	DOM ELISEU - PA	GOIANÉSIA DO PARÁ - PA	MAUÁ - SP	URÂNIA - SP	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR (MA)	AÇAILÂNDIA - MA	GUARATUBA - PR
Valor do Contrato	R\$ 31.700.000,00	R\$ 22.330.000,00	R\$ 382.815.560,15	R\$ 21.107.818,39	R\$ 127.486.914,77	R\$ 319.828.058,20	R\$ 73.411.251,27
Valor da Garantia	R\$ 317.000,00	Não Localizado	R\$ 3.828.155,60	R\$ 20.000,00	R\$ 254.973,83	R\$ 91.380,00	R\$ 734.000,00
Garantia de Proposta (%)	1,00%	Não Localizado	1,00%	0,09%	0,20%	0,03%	1,00%

## LICITAÇÕES DAS PPPS DE IP: METAS DE MODERNIZAÇÃO - EFICIENTIZAÇÃO - TELEGESTÃO

METAS	DOM ELISEU - PA	GOIANÉSIA DO PARÁ - PA	MAUÁ - SP	URÂNIA - SP	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR - MA	AÇAILÂNDIA - MA	GUARATUBA - PR
MODERNIZAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
EFICIENTIZAÇÃO	50%	55%	57%	50%	50%	50%	50%
TELEGESTÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

## LICITAÇÕES DAS PPPS DE IP: PERÍODO – VALOR - CONTRAPRESTAÇÃO - POPULAÇÃO

Prazo	DOM ELISEU - PA	GOIANÉSIA DO PARÁ - PA	MAUÁ - SP	URÂNIA - SP	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR - MA	AÇAILÂNDIA - MA	GUARATUBA - PR
Período em Anos	24	24	35	35	15	35	25
Valor do Contrato	R\$ 31.700.000,00	R\$ 22.330.000,00	R\$ 382.815.560,15	R\$ 21.107.818,39	R\$ 127.486.914,72	R\$ 319.828.058,20	R\$ 73.411.251,27
Contraprestação Anual	R\$ 2.263.655,03	R\$ 930.416,67	R\$ 10.350.114,34	R\$ 603.080,53	R\$ 8.499.127,65	R\$ 9.137.944,52	R\$ 2.936.450,05
População	58000	39000	462000	9000	176000	110000	35000
Valor / População	R\$ 546,55	R\$ 572,56	R\$ 828,61	R\$ 2.345,31	R\$ 724,36	R\$ 2.907,53	R\$ 2.097,46

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

## LICITAÇÕES DAS PPPS DE IP: RESSARCIMENTO PELA MODELAGEM DAS PPPS

Modelagem da PPP	DOM ELISEU - PA	GOIANÉSIA DO PARÁ - PA	MAUÁ - SP	URÂNIA - SP	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR (MA)	AÇAILÂNDIA - MA	GUARATUBA - PR
Valor do Ressarcimento	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 300.000,00	Não Localizado	R\$ 900.000,00	R\$ 500.000,00
Pontos de Iluminação	3176	2223	24294	989	19192	10574	17624
Ressarcimento por Ponto	R\$ 94,46	R\$ 134,95	R\$ 20,58	R\$ 303,34	-	R\$ 85,11	R\$ 28,37
Empresa	Tellus Mater Brasil	Tellus Mater Brasil	Citéluz Serviços de Iluminação S/A e Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda	Não Localizado	Não Localizado	Arelsa Brasil Ltda. e Salvi Brasil Iluminação Ltda.	Não Localizado

## LICITAÇÕES DAS PPPS DE IP: CRITÉRIO DE JULGAMENTO

DADOS	DOM ELISEU - PA	GOIANÉSIA DO PARÁ - PA	MAUÁ - SP	URÂNIA - SP	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR (MA)	AÇAILÂNDIA - MA	GUARATUBA - PR
Critério de Julgamento	Menor Valor da Contraprestação	Técnica e Preço	Menor Valor da Contraprestação	Técnica e Preço	Menor Valor da Contraprestação	Técnica e Preço	Menor Valor da Contraprestação

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII

FIM

Obrigado!

Airton Roberto Rehbein  
Auditor Público – TCE-RS

Realização:



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

Apoio:



**SINAOP**  
XVIII